

Brasil tem pronta proposta para renegociar

Pastore cobrará taxa nos spreads, corte nas comissões e troca da prime pela libor

AD AUTO CRUZ



Pastore, ao lado de Colin: na reunião do dia 5, Brasil dirá as condições que pretende

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Redução das taxas de risco (spreads) de 2,2% para 1,5% e eliminação da comissão de refinanciamento de até 3%, com substituição de parte de contratos em prime rate (taxa americana) pela taxa de Londres (libor) e conversão de dívidas com bancos não-americanos para outras moedas que não o dólar: estes são os principais itens das propostas que o presidente do Banco Central, Affonso Pastore, pretende apresentar ao Comitê de Assessoramento dos bancos credores, tão logo fique confirmada a reunião prevista inicialmente para o próximo dia 5, em Nova Iorque. Os outros pontos já são conhecidos: refinanciamento de US\$ 60 bilhões em amortizações que vencem entre 1985 e 1990, que devem ser pagos com pelo menos 14 anos de prazo; garantia de US\$ 14 bilhões de crédito comercial por ano, reposição de depósitos interbancários por prazos mais longos e nenhum pedido de "dinheiro novo".

Ao lado do pacote com os bancos internacionais, o governo brasileiro se comprometerá a concluir a renegociação de aproximadamente US\$ 3 bilhões referentes ao saldo do ano passado e mais cerca de US\$ 1 bilhão de juros por ano, junto aos governos de 17 países que integram o Clube de Paris. A amarracação do pacote brasileiro, prevista para acontecer até janeiro, dependerá novamente da participação do Fundo Monetário Internacional, em moldes semelhantes ao do ano passado, mas agora facilita pelo fato de não se estar pedindo novo empréstimo-jumbo. Como já se espera reação dos banqueiros, os negociadores brasileiros tendo à frente apenas Affonso Pastore, na fase inicial — estão preparados para apresentar propostas alternativas, inclusive abrindo mão da renegociação plurianual em troca de um acordo rápido para entregar o governo com as contas de 1985 em dia.

Os negociadores mantêm a posição de não ter muita pressa em iniciar as conversações, não apenas por terem consciência das restrições que os banqueiros fazem ao Brasil até que haja uma clara definição política na sucessão, mas também por acreditarem que o tempo continua correndo a favor do País: os saldos acumulados na balança comercial podem ultrapassar os US\$ 12 bilhões este ano, com as reservas de caixa fechando o exercício com cerca de US\$ 8 bilhões, ao mesmo tempo que o mercado norte-americano dá indicações de novas quedas nas taxas de juros mesmo após a eleição americana do próximo dia 6. Os últimos exercícios do Banco Central indicam que o déficit em conta corrente no balanço de pagamentos — que medida a real necessidade de recursos adicionais para completar o pagamento das obrigações externas — pode ficar até mesmo abaixo dos US\$ 1,5 bilhão projetados recentemente com os economistas enviados pelos bancos credores. Para o próximo ano, tudo vai depender do quadro econômico internacional, mas com alguma sorte o Brasil pode manter um nível semelhante de superávit comercial e contar com reduções significativas nos pagamentos de juros.

O ponto fraco da renegociação a ser iniciada agora é, sob

todos os aspectos, o fato de não se estar prevendo a inclusão de nenhuma forma de limitar os pagamentos anuais de juros, caso ocorra nova alta nas taxas internacionais nos anos seguintes. Da mesma forma, o Brasil abriu mão — após as experiências recentes do México, Venezuela e agora Argentina — de pedir qualquer alteração nestes pagamentos, que deverão continuar sendo bancados pelo saldo das exportações e eventual utilização das reservas externas acumuladas ao longo de 1984. Isso quer dizer que, já em 1985, serão pagos ao exterior cerca de US\$ 11,5 bilhões sem juros — praticamente o mesmo nível deste ano, embora a dívida externa deva apresentar um crescimento menor. Por não ter renegociado os juros, é provável, para técnicos do Banco Central, que o Brasil volte a pedir "dinheiro novo" em 1986 — mas então já será possível contar com o acesso ao mercado internacional ou, na pior das hipóteses, com disposição para mais uma etapa de renegociação com os bancos.

Entre as alternativas de negociação, preparadas pelo Banco Central em conjunto com a Secretaria de Planejamento (Seplan), estão colocadas tanto a opção do curto prazo — isto é, acertar apenas as contas do próximo ano — quanto a ideia de um acordo plurianual. Nos próximos dias, serão intensificados os contatos entre Brasília e Nova Iorque inclusive com novas viagens de funcionários, visando antecipar ao máximo a reação que Pastore e seu diretor da Área Externa, José Carlos Madeira Serrano, vão encontrar na mesa das conversações. O objetivo anterior, de deixar no final da administração Figueiredo uma solução de longo prazo para a dívida externa, ainda é colocado como a meta que mais interessa aos negociadores desta "fase 3" — mas a evolução do quadro político interno tem gerado sinais de preocupação entre os credores que, no final, podem mudar os resultados.

Ocorrendo tudo como o Banco Central espera, o pacote brasileiro será o maior de todos os tempos: cerca de US\$ 93 bilhões no conjunto, entre rolagem de amortizações, refinanciamento de dívida para com governos, crédito comercial de curto prazo e depósitos interbancários. Ou seja, praticamente o valor correspondente ao saldo atual da dívida externa. A etapa mais difícil não é o refinanciamento de US\$ 60 bilhões de amortizações do período 1985/1990 — pois nesta área o México obteve a mesma coisa, guardando as proporções — mas sim o acerto também plurianual que se pretende fazer com os governos dos países industrializados, com os quais o Brasil não conseguiu nem mesmo concluir a negociação do ano passado, envolvendo apenas um exercício.

As linhas gerais do pacote que o Banco Central pretende apresentar aos banqueiros são as seguintes:

Amortizações — O Brasil pedirá o refinanciamento das amortizações devidas entre 1985 e 1990, que seriam transformadas em novos empréstimos a serem pagos no prazo de quatorze anos, pelo menos, com parcelas crescentes após o período de carência (a ser discutido); este acordo inclui amortizações de US\$ 9,7 bilhões em 1985, US\$ 12,7 bilhões em 86,

US\$ 12,9 bilhões em 87, US\$ 12,2 bilhões em 88 e US\$ 8,7 bilhões em 1989, com respectivos encargos.

Créditos governamentais — A ser negociado com o Clube de Paris após o acordo inicial com os bancos internacionais, este valor inclui os US\$ 3 bilhões do saldo até o ano passado — cujas negociações ainda não foram concluídas por diferenças de cálculos entre o Brasil e alguns países —, mais os débitos que vencerão nos próximos cinco anos, totalizando cerca de US\$ 9 bilhões. Até agora, o Clube de Paris não aceitou nenhuma negociação plurianual, mas o precedente com os bancos comerciais poderá se somar a alguma disposição favorável dos países industrializados em "ajudar" os devedores latino-americanos.

Créditos comerciais — Um dos principais pontos das propostas do Banco Central é a exigência de reposição das linhas de crédito para importação e exportação junto às instituições financeiras, que têm prazo de até 360 dias e são renováveis automaticamente; no pacote do ano passado, estes créditos comerciais, considerados indispensáveis para o crescimento das exportações brasileiras, ficaram em apenas US\$ 10 bilhões, mas agora a intenção é arrancar dos credores a promessa de elevação deste saldo para US\$ 14 ou US\$ 15 bilhões, de forma a cobrir o superávit comercial projetado. Para isso, Pastore argumentará junto aos banqueiros que o aumento do crédito comercial não implicará em nenhuma participação na concessão de novos financiamentos, pois desta vez não haverá necessidade de "dinheiro novo".

Interbancário — A manutenção do saldo dos depósitos interbancários em agências de bancos brasileiros no exterior, em pelo menos US\$ 10 bilhões, é considerada indispensável para garantir o controle sobre a dívida brasileira de curto prazo, com alguma margem de segurança para o futuro próximo. Não há maiores resistências dos credores sobre o montante pedido, de acordo com técnicos do governo, embora já se saiba que dificilmente será obtido um compromisso formal de manutenção destes depósitos nos bancos brasileiros por prazos garantidos superiores a um ano.

Juros — O Brasil se comprometerá a pagar anualmente os juros da dívida externa, projetados em US\$ 11,5 bilhões brutos este ano, e outro tanto em 1985, utilizando basicamente o saldo da balança comercial e eventuais empréstimos que possam ser tomados diretamente no mercado internacional, a partir de 1986. O governo pretende pedir também a transformação da parcela de contratos baseados na taxa preferencial americana (prime rate) para a libor, um pouco mais barata, de acordo com as alternativas consideradas no Ministério da Fazenda. As taxas continuarão flutuantes, mas esta mudança reduzirá os custos.

Taxas e comissões — Nesta área, o governo espera obter a maior compensação pelo fato de não pedir dinheiro novo: a taxa de risco (spread), atualmente em torno de 2,125% para a maioria dos contratos de empréstimos ao Brasil, terá que ser reduzida "substancialmente", de acordo com técnicos do Banco Central.